

RESUMO

Mensuração de Preferências Políticas: análise de manifestos partidários

A análise de conteúdo é um método para mensurar preferências políticas em geral e de partidos políticos em particular. A técnica permite quantificar e ordenar preferências através da proporção de texto dedicada a cada tema nos documentos programáticos. Na sua versão manual, a análise de conteúdo apresenta várias potencialidades e várias limitações, vivenciadas pelos pesquisadores que a aplicam e apontadas pelos seus críticos. A análise de conteúdo produz uma medida, que pode ser mobilizada como variável em pesquisas de diversas naturezas. Com uma razoável tradição na Europa, o estudo de ênfases programáticas através da análise de conteúdo de manifestos partidários é ainda incipiente no Brasil, o que abre uma vasta agenda de pesquisa, especialmente no que se refere à elaboração de categorias e escalas próprias à realidade brasileira.

Palavras-chave: análise de conteúdo, manifestos, partidos políticos.

ABSTRACT

Content analysis is a method to measure political preferences of political actors in general and of political parties in particular. The technique allows quantifying and rank preferences according to the proportion of text devoted to each subject in the programmatic documents. In its manual version, content analysis has several advantages and several limitations experienced by researchers who apply it and pointed out by its critics. Content analysis produces a measure to be used as a variable in many kinds of research. With some tradition in Europe, the study of programmatic emphases through content analysis of party manifestos is still incipient in Brazil. That opens up a broad research agenda, especially regarding the development of categories and scales suitable to Brazilian specificities.

Keywords: content analysis, manifestos, political parties..

Mensuração de Preferências Políticas: análise de manifestos partidários

Gabriela Tarouco¹

Soraia Vieira²

Rafael Madeira³

MENSURAÇÃO DE PREFERÊNCIAS POLÍTICAS: ANÁLISE DE MANIFESTOS PARTIDÁRIOS⁴

Entre os muitos meios e produtos da ação política estão os documentos escritos: discursos, plataformas, acordos, leis, projetos, relatórios, denúncias, requerimentos, enfim, uma enorme variedade de textos com os mais diversos propósitos. A análise dos manifestos ou programas políticos é uma importante ferramenta para se conhecer o posicionamento de determinado(s) partidos(s) em relação a temas relevantes para a sociedade, uma vez que tais documentos se configuram na declaração pública dos objetivos e intenções de determinado ator frente ao público em geral. A ciência política não pode negligenciar o conteúdo deste material, mas precisa apoiar-se, a bem da relevância e validade de suas análises, em métodos rigorosos, testáveis, transparentes, replicáveis. Este artigo aborda uma das ferramentas à disposição do cientista político para alcançar este fim: a análise de conteúdo. O texto tem o objetivo de apresentar os princípios da análise de conteúdo de textos políticos e sua aplicabilidade, assim como a importância de discutir os critérios utilizados durante o procedimento analítico.

O artigo está organizado em cinco partes. Na primeira parte apresentamos a técnica, um pouco de seu histórico e sua evolução; na segunda apresentamos a metodologia desenvolvida pelo Manifesto Research Group, uma aplicação da técnica; na terceira parte alertamos para os desafios da validade e confiabilidade, e em seguida discutimos as aplicações do

1 Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ, professora da UFPE. Email: gabriela.tarouco@ufpe.br

2 Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ, professora da UFF. Email: soraiamv@id.uff.br

3 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor da PUCRS. Email: rafael.madeira@pucrs.br

4 Este artigo reúne alguns debates metodológicos incluídos em trabalhos apresentados anteriormente em eventos. Agradecemos as sugestões e comentários recebidos naquelas ocasiões.

método e os seus desafios quando aplicado aos partidos políticos brasileiros. No final, concluímos indicando desdobramentos e agenda de pesquisa.

2. A ABORDAGEM DAS ÊNFASES PROGRAMÁTICAS E A TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo de textos políticos tem sua origem nos estudos de comunicação política, nos Estados Unidos. O objetivo inicial da abordagem era possibilitar a leitura de textos publicados nos meios de comunicação de maneira sistemática, a fim de se obter dados empíricos com os quais fosse possível avaliar hipóteses científicas. Bardin (2009) define o método como um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos busca uma descrição da mensagem analisada. Esse tipo de enfoque começou a ser usado para analisar as campanhas presidenciais, o discurso dos candidatos e a propaganda política nos anos 1940.

Na ciência política o método é utilizado enfocando, principalmente, a análise interna do texto, as causas do texto e seus efeitos. As perguntas básicas deste tipo de abordagem são: 1- que posições tomam os autores? e 2- que importância têm essas posições para os autores? Tais questões adquirem um caráter mais analítico uma vez que fazem parte do jogo de causas e efeitos. De acordo com a teoria, as causas podem estar relacionadas com o emissor, o canal ou o receptor da mensagem (Alonso et al., 2012).

A análise de conteúdo é considerada uma técnica que possibilita a formulação de inferências válidas e reproduzíveis a partir de certos textos. Em sua definição, Krippendorff (1980) defende que a análise de conteúdo é uma técnica que se precisa aprender antes de aplicar, ou seja, para ser aplicada é necessário que o pesquisador e/ou codificador passe por treinamento estrito de modo que conheça a teoria acerca da temática, as hipóteses de pesquisa, o contexto e os códigos a serem assinalados a cada unidade de texto. Ainda de acordo com o autor existem dois termos técnicos importantes neste tipo de análise: confiabilidade e validade (Alonso et al., 2012), que serão discutidos em outro tópico mais adiante.

Quando aplicada aos estatutos dos partidos, a análise de conteúdo pode fornecer uma medida do seu grau de democracia interna, por exemplo (Berge et al., 2013). Aplicada aos manifestos⁵ partidários, a técnica fornece uma medida das ênfases programáticas dos partidos. A relevância das ênfases programáticas é sustentada pela Saliency Theory (Robertson, 1976), de acordo com a qual os temas aos quais os partidos conferem maior importância nos seus manifestos são aqueles com os quais eles enfrentam a competição com os demais partidos. A análise de conteúdo permite quantificar o grau de importância de cada tema a partir da extensão de texto dedicada a ele no manifesto.

De acordo com esta teoria os partidos competem enfatizando diferentes issues muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões. Segundo essa abordagem, os partidos se concentram em temas em que consideram ter vantagens sobre seus competido-

5 Neste artigo usamos indistintamente as palavras manifesto e programa para indicar os documentos em que os partidos publicam suas propostas, plataformas e posições políticas. Tais documentos podem ser emitidos a cada eleição (como os programas de governo, por exemplo) ou ser mantidos durante longos períodos (como os manifestos de fundação, por exemplo). De qualquer forma, estes documentos não se confundem com os estatutos partidários, que são regulamentos internos, onde estão estabelecidas as regras de funcionamento, a organização e outros aspectos formais e legais da vida partidária.

res, não apenas se contrapõem a seus adversários nos temas que defendem. Aos eleitores caberia decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante (Budge et al, 2001).⁶

Esta perspectiva confere maior complexidade à análise das disputas e dos debates eleitorais dado que permite identificar a sobreposição e a simultaneidade de duas disputas. A disputa mais evidente é a que define quem tem a melhor resposta para cada questão (Downs, 1999) e a disputa menos evidente, mas não menos importante, é a que define quais são as questões mais relevantes em cada contexto eleitoral. Claro está que as respostas a estas questões não se definem apenas através do embate entre duas (ou mais) candidaturas e que outros atores têm um papel relevante nestas definições (como os meios de comunicação, ONGs, sindicatos, etc.), mas isto não anula o esforço que cada candidatura faz no sentido de conquistar para si a prerrogativa de pautar a agenda eleitoral. E os programas podem ser vistos enquanto sinalizadores que indicam os caminhos que o(s) partido(s) julga(m) mais seguros para chegar à vitória eleitoral.

2.1 O passo-a-passo da análise de conteúdo⁷

O principal objetivo da análise de conteúdo é a redução dos dados de um texto. A redução, neste sentido, se refere à quantificação de informações qualitativas, ou seja, a estruturação e quantificação do texto a fim de transformá-lo em unidades menores passíveis de serem manejadas. Uma vez que o método transforma dados qualitativos em quantitativos (ou seja, a semântica da oratória é ressignificada com a atribuição de códigos, os quais permitem fazer a leitura quantitativa do texto assim como utilizar recursos de estatística para proceder à análise) um ponto de discordância entre os pesquisadores que utilizam a técnica é se o método deve ser sempre quantitativo ou se também pode ser qualitativo. Neste sentido a questão é se a análise deve ficar focada nos dados obtidos a partir da quantificação ou deve-se proceder a uma análise mais abrangente a qual inclui análise contextual mais qualitativa das unidades de texto estudadas.

A redução dos dados, neste método, segue três passos: identificação das unidades de texto, redução e análise das hipóteses. A primeira etapa inclui decomposição em unidades de codificação, que constitui a separação do texto em sentenças e/ou semi-sentenças, sendo também possível analisar a frequência de ocorrência de certa palavra. Esta etapa é crucial para os resultados da análise e deve ser conduzida de acordo com critérios muito claros e transparentes porque a divisão do texto em mais unidades curtas ou em menos unidades longas afeta diretamente as etapas seguintes.⁸ A codificação, por sua vez, é a atribuição de um código numérico à sentença ou semi-sentença.

Na segunda etapa da pesquisa, a quantidade de números produzidos no passo anterior é reduzida, tal processo pode ser feito calculando-se a frequência em que aparecem os códigos. Após esta redução inicia-se o terceiro passo: a análise das hipóteses de pesquisa, a qual pode ser realizada por meio de diferentes técnicas, tais como tabulação cruzada, associa-

6 A adoção desta perspectiva específica e original da competição política é alternativa à concepção espacial, downsiana, da competição através da dimensão esquerda-direita.

7 Neste artigo o foco é a análise manual, mas há vários softwares que quantificam dados de texto. Para uma rica descrição e comparação das possibilidades, ver Neuendorf (2002).

8 Cada sentença deve conter uma única ideia e a separação do texto em sentenças deve estar apoiada em regras pré-estabelecidas.

ções ou correlações (Alonso et al., 2012).⁹

O método pressupõe importantes decisões sobre a amostra, a decomposição em unidades de codificação e sobre a técnica de codificação que será usada. A amostra é o processo de seleção do material a ser utilizado na análise, o qual depende da pergunta de investigação em questão. Alonso et al. (2012) argumentam que quanto menos específica seja a hipótese no tempo e quanto ao número de casos, mais necessário se faz selecionar subgrupos de textos.

Os códigos a serem atribuídos às unidades de texto devem ser criados a partir da teoria e das hipóteses em questão. Os mesmos devem ser tão numerosos quanto necessários, de modo a cobrir todos os aspectos a serem contemplados na investigação. É importante que não haja um excesso de códigos, para que a redução do texto cumpra sua função. Os códigos devem ser reunidos em um livro de códigos ou manual de codificação. A elaboração do manual de codificação é um passo muito importante na análise de conteúdo: é o manual que vai orientar o pesquisador, ou codificadores, na atribuição de códigos às unidades de análise decompostas. De modo geral, o manual deve deixar claras todas as decisões tomadas na seleção da amostra, na decomposição e na codificação em si. O manual deve ser conciso, exaustivo e evitar repetições.

O processo de codificação pode ser realizado de duas maneiras: manual ou por computador. No primeiro caso os codificadores treinados devem atribuir um código, de acordo com o livro de códigos, a cada unidade de análise (sentença ou semi-sentença).¹⁰ A codificação mecânica conta com o auxílio de programas de informática para análise de dados qualitativos (entre eles é possível citar Nudist, Nvivo, Atlas.ti, entre outros).

3. A METODOLOGIA DO MRG - MANIFESTO RESEARCH PROJECT

A principal experiência com análise de conteúdo de documentos partidários é o Manifesto Research Group (MRG) e seus sucessores Comparative Manifestos Project (CMP) e Manifesto Research in Political Representation (MARPOR). O objetivo do projeto é montar e expandir um banco de dados de manifestos partidários codificados para fornecer estimativas das preferências políticas dos partidos.

A análise de manifestos implementada pelo MRG é um projeto de cooperação que vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, tendo já passado por diferentes fases tanto no que tange à composição do grupo quanto aos objetivos fundamentais e formas de financiamento.

A proposta inicial dos fundadores era comparar as estratégias programáticas dos partidos nos Estados Unidos e no Reino Unido no período posterior à segunda guerra mundial. Após o trabalho inicial, Ian Budge consolidou o grupo de pesquisa Manifest Research Group (MRG) dentro do Consórcio Europeu para Investigação Política (ECPR), o qual

⁹ Evidentemente, além de testar hipóteses descritivas sobre as ênfases de cada documento, a frequência de cada categoria pode ser mobilizada em estudos relacionais, como variável dependente ou independente, para testar hipóteses sobre causas ou sobre consequências das prioridades contidas nos textos, respectivamente.

¹⁰ Além de um esquema de categorias bem elaborado, esta etapa envolve também algumas decisões do codificador, que precisam estar amparadas em critérios claros e transparentes de desempate. Por exemplo, quando mais de uma categoria são adequadas para classificar a mesma sentença, a escolha deve estar apoiada em regras pré-estabelecidas, como a ordem de prioridade entre elas.

teve continuidade no Centro de Pesquisa em Ciências Sociais de Berlim (ALONSO, et al., 2012; Volkens, 2001).

Em 2009 o projeto ingressou em sua terceira fase e desde então a Fundação Alemã de Pesquisa (cuja sigla em alemão é DFG) financia o projeto com o nome Manifesto Research in Political Representation - MARPOR (ALONSO, et al., 2012).

A análise de conteúdo dos programas partidários - assim como a análise de qualquer outro tipo de documento que empregue esse método - apresenta dois momentos que são cruciais no que tange ao tratamento dos dados: 1) a divisão dos textos em sentenças e quase-sentenças e 2) a atribuição a cada sentença de uma das categorias utilizadas para a classificação. O MARPOR treina e avalia codificadores que são contratados para realizar estas tarefas seguindo estritamente o protocolo metodológico adotado.¹¹

4. OS DESAFIOS DA VALIDADE E DA CONFIABILIDADE

Sendo a análise de conteúdo um instrumento para produzir uma medida, é preciso avaliar se a medida resultante da sua aplicação é válida e se é confiável. A validade de uma variável é sua capacidade de refletir adequadamente o conceito que se pretende operacionalizar. O conceito de democracia, por exemplo, é operacionalizado de muitas maneiras diferentes na ciência política e há um extenso debate sobre qual variável pode expressá-lo melhor, ou seja, qual tem mais validade.

Quando o que se pretende medir são as preferências políticas dos partidos, a análise de conteúdo dos manifestos produz uma quantificação que pode ser interpretada em termos de ênfase. Assim, a extensão de texto dedicada a cada categoria pré-definida (ou conjunto de categorias) indica a proeminência de um determinado tema no conjunto das preferências do partido. Por exemplo, usando a análise de conteúdo, podemos afirmar que o manifesto do PSDB de 1988 enfatiza mais as questões relativas ao sistema político e o do PT de 1980 enfatiza mais os temas relativos à liberdade e democracia (Tarouco, 2011).

Duas questões relativas à validade se colocam: a primeira é saber se os manifestos podem realmente refletir as verdadeiras preferências políticas dos partidos. O debate na literatura sobre esta questão costuma contrapor duas respostas alternativas: de um lado os críticos apontam o caráter retórico dos manifestos, o fato de serem redigidos por profissionais alheios à militância dos partidos e com objetivos meramente formais, além do fato de seu conteúdo ser geralmente desconhecido tanto pelos eleitores quanto dos próprios membros dos partidos (Miguel 2010). Do outro lado estão os autores que chamam atenção para a função de sinalização cumprida pelos manifestos: os textos são aprovados pelas elites partidárias, registrados oficialmente como documentos programáticos, publicados como plataformas políticas e frequentemente mobilizados pelos partidos adversários na competição eleitoral.

A segunda questão relacionada à validade diz respeito à qualidade do esquema de categorias definido para captar as ênfases programáticas dos diferentes partidos. A lista de categorias deve ser elaborada previamente, a partir da literatura e do conhecimento acumulado,

¹¹ As instruções de codificação, assim como a lista de categorias que podem ser empregadas, já foram alteradas várias vezes. A versão mais recente, assim como uma vasta documentação do projeto, pode ser consultada em <https://manifestoproject.wzb.eu/>.

e deve abranger o máximo possível os assuntos que se espera que os partidos selecionem para suas agendas. Além disso, as categorias devem servir para classificar textos de diversos tipos de partidos, de países diferentes.

Tendo em vista aprimorar a validade do esquema de codificação, as categorias definidas originalmente pela equipe fundadora do MRG, por exemplo, foram revistas diversas vezes para abrigar especificidades que não tinham sido previstas. Assim, o esquema que inicialmente continha 54 categorias conta hoje com 56 além das novas 31 subcategorias adicionadas. (Werner, Lacewell et al., 2014)

Outros analistas (Alonso et al., 2012) expandiram o esquema original de categorias para adaptá-lo à análise de partidos regionais, incluindo ainda mais subcategorias cuja ausência consideravam dificultar justamente a expressão das preferências daqueles partidos.

O maior detalhamento na definição das categorias certamente aumenta a validade do esquema como um todo, porque aumenta a precisão das classificações. Por exemplo, o acréscimo das subcategorias “saúde”, “seguridade social”, etc., permite uma classificação muito mais acurada do que quando havia apenas a categoria “Expansão do Estado de Bem estar social”.

Entretanto, o recurso que melhora a validade pode ao mesmo tempo permitir mais discricionariedade e divergências na codificação, comprometendo assim outra qualidade muito importante para qualquer medida: a confiabilidade.

A confiabilidade de uma medida é a sua capacidade evitar erros de mensuração. A discordância entre dois codificadores é um indicador de que há algum erro de codificação. Resultados obtidos por codificadores diferentes (ou pelo mesmo codificador em momentos diferentes no tempo) não devem variar muito.

A codificação feita com base em uma variedade menor de categorias mais genéricas favorece uma concordância entre distintos codificadores maior do que aquela feita com base em categorias mais precisas.

A literatura que usa análise de conteúdo de manifestos tem se valido do teste kappa (Cohen, 1960), também chamado de índice k, para verificar a confiabilidade entre codificadores. O teste compara a quantidade de vezes que dois codificadores concordaram na classificação das frases com aquela quantidade de concordâncias que teria ocorrido apenas por acaso.

O índice k varia de -1 (quando todas as classificações divergem) a 1 (quando todas as classificações são idênticas) e equivale a 0 quando a proporção de concordâncias se limita à proporção de coincidências aleatórias.¹²

As implicações relacionadas à codificação manual e/ou por programas de computador no grau de confiabilidade e na validade dos dados são tema fundamental na atual agenda envolvendo esta perspectiva metodológica e são tema de extensa bibliografia no âmbito do MRG. Benoit et al. (2008), por exemplo, salientam o fato de que os programas analisados pelo atual MARPOR são, via de regra, classificados por um codificador e apenas uma vez. Para aumentar a confiabilidade dos dados examinados, recomendamos que: 1) Cada pro-

12 Os valores intermediários nesta escala são interpretados da seguinte maneira, de acordo com Landis e Koch (1977) e Bonnardel (2001): Excelente: > ou = 0,81; Bom: 0,80 - 0,61; Moderado: 0,60 - 0,41; Médio: 0,40 - 0,21; Fraco: 0,20 - 0,0; Muito fraco: < 0,0.

grama seja fracionado por um pesquisador e seja revisado (em um segundo momento) por outro, sendo que as dúvidas devem ser debatidas caso a caso, tendo um terceiro pesquisador como fiel da balança; 2) no que tange à classificação, os programas devem ser classificados por cada um dos pesquisadores e uma das classificações deve ser adotada como parâmetro, de acordo com o resultado da comparação e do teste kappa entre elas.

Outro debate presente na literatura que envolve ao mesmo tempo a validade e a confiabilidade trata da comparação com outras medidas de preferências políticas. A atuação dos parlamentares, as percepções do eleitorado, as opiniões das elites partidárias, a avaliação de especialistas são alternativas também empregadas como variáveis indicativas das preferências dos partidos. (Tarouco e Madeira, 2015)

Esta controvérsia envolve, de um lado, o argumento de que preferências políticas que não se revelam na prática (aquelas que ficam no papel dos manifestos) seriam irrelevantes para a análise, e de outro, o argumento de que comportamentos e percepções são afetados, entre outras coisas, pelas preferências dos partidos, mas não se resumem diretamente a elas. A forma como parlamentares votam em plenário, por exemplo, contém um evidente componente estratégico, não podendo ser tomada como expressão pura e sincera das preferências partidárias (Zucco Jr. e Lauderdale 2011; Zucco Jr. 2013). A forma como eleitores, imprensa ou especialistas veem os partidos também é influenciada por outras variáveis, especialmente as próprias concepções e preferências dos sujeitos da percepção. Ainda, a relevância do conteúdo dos manifestos seria mais uma questão empírica - a ser testada confrontando as ênfases dos programas com as prioridades dos governos, por exemplo - do que algo dado a priori.

Não há resposta definitiva para os desafios de validade e confiabilidade listados acima. Como qualquer aproximação daqueles conceitos que não podem ser diretamente mensurados, as ênfases programáticas extraídas da análise de conteúdo dos manifestos têm suas potencialidades e suas limitações. O pesquisador que adota este método para mensurar preferências partidárias deve estar atento para estas questões e para as implicações sobre o alcance das suas conclusões.

5. APLICAÇÕES

Em geral, as aplicações da análise de conteúdo de manifestos partidários estão de alguma forma relacionadas ao desafio de entender as bases da competição política nas democracias contemporâneas.

A técnica produz um mapa descritivo das ênfases programáticas dos partidos. Esta descrição, por sua vez, pode ser operacionalizada de várias maneiras e instrumentalizada para os mais diversos propósitos, em estudos de caso ou comparados, com pretensões descritivas ou explicativas.

Por exemplo, a categoria ou grupo de categorias (o domínio) a que o partido dedica mais espaço no documento é uma variável categórica. Com ela é possível afirmar qual a ênfase programática de um dado manifesto, compará-la com as ênfases de outros, identificar a variação entre partidos ou entre manifestos do mesmo partido, avaliar a consistência de coligações e coalizões, avaliar a congruência com as preferências do eleitorado.

Esta variável pode ainda ser mobilizada em estudos relacionais que se proponham a explicar a sua variação (procurando fatores que levam os partidos a selecionar determinados temas da agenda pública, por exemplo) ou para identificar seus efeitos sobre outras variáveis (prioridades dos governos, atuação parlamentar, desempenho eleitoral, por exemplo).

Outra possibilidade é usar as categorias para construir escalas. A escala mais conhecida é a escala esquerda-direita, elaborada por Laver e Budge (1992; Budge et al 2001). Os autores selecionaram, com recurso à análise fatorial, uma série de categorias do esquema do MRG indicativas de posicionamento político de direita e outra série de categorias indicativas de posicionamento político de esquerda. A posição de um manifesto na escala é dada pela diferença entre o total (em porcentagem) de suas frases codificadas nas categorias de esquerda e o total de suas frases codificadas nas categorias de direita. A escala varia de -100 a +100, valores negativos representando posições de esquerda e os positivos, posições de direita. A posição de um manifesto na escala é uma variável contínua, que pode ser mobilizada de diversas formas a critério do pesquisador. Desafios específicos da aplicação desta escala ao caso brasileiro são discutidos na próxima seção.

6. O CONTEÚDO DOS MANIFESTOS E A IDEOLOGIA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

A escala ideológica construída com as categorias do MRG tem sido usada para validar outras medidas e para comparar partidos em vários países. Os desafios específicos da sua aplicação aos partidos brasileiros, entretanto, apontam para uma série de outras questões, que passamos a discutir a seguir.

Definir esquerda e direita costuma ser uma tarefa difícil. Mais difícil ainda é classificar os partidos políticos brasileiros usando estes conceitos. Por que este assunto é tão espinhoso, tanto para especialistas quanto para a opinião pública?

O Estudo Eleitoral Brasileiro¹³ de 2010 mostrou que cerca de 30% dos entrevistados não sabiam o que era esquerda ou direita. Entre os que afirmaram saber, muitos não conseguiam classificar alguns partidos específicos, amplamente conhecidos na opinião pública.

A classificação de partidos no espectro ideológico é uma tarefa complexa, entre outras razões, porque o conteúdo dos conceitos de esquerda e direita varia ao longo da história e também, de uma realidade nacional para outra. Mesmo entre os especialistas há um considerável debate a este respeito.

Como salientado anteriormente, na ciência política, uma das perspectivas mais adotadas é a que usa como critério para situar um partido na escala esquerda-direita o peso que o Estado deve exercer na economia (Downs 1999). Apesar de amplamente difundida, esta concepção não está livre de críticas especialmente pela sua simplificação demasiada, que não leva em conta outras dimensões além da economia, tais como aspectos históricos que variam entre os países. Por exemplo, as bandeiras dos partidos de esquerda na Europa são muito diferentes daquelas dos partidos americanos e dos brasileiros. O mesmo ocorre com as bandeiras de direita que abrigam conteúdos diferentes conforme o país, e em um mesmo país, ao longo do tempo.

13 ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro. A base de dados está disponível no CESOP/Unicamp (<http://www.cesop.unicamp.br>).

No Brasil, pelo menos durante os primeiros anos após a redemocratização, a distinção entre esquerda e direita esteve muito ligada aos dois lados em oposição durante o regime autoritário (Madeira e Tarouco, 2012). Como a justificativa do golpe militar era a contenção de uma suposta ameaça comunista, os seus defensores são assim facilmente classificados como de direita. Entretanto, os partidos de esquerda e seus sucessores, alvos da repressão durante a ditadura, abraçaram como sua principal bandeira a retomada da democracia. Este conteúdo é muito específico do contexto brasileiro e estranho às bandeiras da esquerda europeia, por exemplo.

Levando tudo isso em conta, como podemos classificar os partidos políticos brasileiros no eixo esquerda-direita? Não podemos aplicar apenas o critério da intervenção estatal da economia sem considerar a política dos governos militares de incentivos ao desenvolvimento econômico. Também não podemos aplicar apenas o critério da defesa da democracia porque todos os partidos que se formaram no contexto da transição defendiam a oportunidade de competir em eleições democráticas. Além das dificuldades na definição dos critérios, é preciso também decidir onde procurar por eles. Nas últimas três décadas há um considerável acúmulo na literatura no que tange à análise do posicionamento ideológico dentre os partidos políticos brasileiros. Tal esforço ocorre a partir dos mais variados enfoques e conjuntos de dados.

Figueiredo e Limongi (1999), por exemplo, chamaram a atenção para a importância da análise das votações no legislativo para entender o funcionamento do presidencialismo de coalizão. A partir destes trabalhos, uma série de estudos (dentre os quais: Zucco, 2013 e Zucco e Lauderdale, 2011 e Power and Zucco, 2009), discutiram o potencial explicativo e os limites desta estratégia de análise (como a influência do componente estratégico e das negociações entre governo e oposição no processo de tomada de decisão quando das votações no legislativo) para identificar ideologia. Tentativas também foram realizadas no sentido de se isolar do conjunto de votações ocorridas em plenário, aquelas que sofreriam uma maior influência do posicionamento ideológico (Madeira, 2011).

Outra estratégia constitui-se em sobrepor reputações ideológicas dos partidos com a origem sócio-ocupacional dos seus quadros. Rodrigues (2002) identifica diferentes perfis de origem social ao analisar as bancadas federais dos principais partidos políticos brasileiros e identifica que partidos situados mais à direita no espectro ideológico possuem perfis mais ligados a profissões como empresários, altos funcionários, profissionais liberais, etc. Enquanto que profissões como trabalhador manual, professor, pequeno agricultor, profissionais de nível médio, encontrariam maior espaço nas bancadas de partidos mais próximos do eixo da esquerda. Análises deste tipo devem atentar para processos de transformação na morfologia dos partidos. Exemplo deste fenômeno é o processo de profissionalização política do principal partido historicamente vinculado à esquerda no Brasil: o Partido dos Trabalhadores. O fato de o partido acumular três décadas de existência, (re)elegendo sucessivas bancadas de deputados federais, estaduais, vereadores, prefeitos, governadores, etc. resultou em modificação da origem social dos seus eleitos?

Uma terceira abordagem constitui-se na sondagem a, pelo menos, três categorias de entrevistados sobre o posicionamento dos partidos no eixo esquerda-direita: os eleitores, os especialistas (Tarouco e Madeira, 2015), e a própria elite política (Power, 2000; Power e Zucco Jr., 2011). Na primeira opção, os resultados têm a força da representatividade, de-

pendendo da qualidade da amostra. Contudo, justamente em função deste aspecto, este resultado abre maior margem para questionamentos acerca, por exemplo, da robustez e coerência dos critérios utilizados pelos entrevistados. Enquetes aplicadas a especialistas e políticos profissionais não correm (em tese) tanto este risco dado que o universo político faz parte do seu dia-a-dia, do seu cotidiano e do seu ambiente profissional. Entretanto, o risco de respostas não sinceras e/ou de instrumentalização das respostas dadas ao questionário sempre existe.

Por fim, identifica-se na literatura esforço no sentido de comparar padrões de recrutamento partidário e de carreiras políticas que marcariam a dinâmica de partidos de direita e esquerda no Brasil, Chile e Uruguai (Marenco e Serna, 2007). Tal análise aponta que partidos de esquerda seriam marcados por padrões mais endógenos de recrutamento, enquanto que os de direita seriam mais abertos a candidaturas mais independentes de estruturas partidárias, reproduzindo (grosso modo) os padrões delimitados por Panebianco (1990) de integração vertical no primeiro caso e de integração horizontal no segundo.

A análise dos manifestos é apenas mais um entre os vários instrumentos de que a ciência política dispõe para medir a posição ideológica dos partidos. Embora desconhecidos da maioria do eleitorado, tais documentos constituem-se em fontes importantes sobre a forma como o partido/candidatura interpreta e apresenta o mundo, o governo e o contexto no qual se insere. Além disso, os manifestos são lidos e analisados minuciosamente seja pelos adversários, seja pelos analistas políticos dos meios de comunicação. A polêmica acerca das modificações no programa de governo da candidatura Marina Silva e o desgaste causado à sua candidatura em 2014 é exemplo do quanto uma informação contida em um programa pode impactar a disputa eleitoral. Como dito anteriormente, o problema é que o conteúdo destes documentos nunca é elaborado somente a partir das preferências de um partido/coligação dado que leva em consideração também a estratégia eleitoral (definida pela coordenação de campanha/direção partidária), o perfil (e histórico) dos candidatos e elementos do contexto eleitoral (se o governo atual é bem ou mal avaliado e se o partido em questão é governo, ou oposição), a coalizão eleitoral, dentre outros elementos.

A escala ideológica com categorias do MRG, tal qual foi elaborada originalmente (Laver and Budge 1992), não faz muito sentido quando aplicada diretamente aos partidos brasileiros¹⁴. Exatamente por ter sido construída com referência à realidade europeia¹⁵, em que esquerda e direita têm conteúdos distintos daqueles que compõem estes ideários no Brasil, são necessárias algumas adaptações, como a substituição de algumas categorias no cálculo da escala (Tarouco e Madeira, 2013).

No Brasil, onde se costuma dizer que os partidos políticos não têm ideologia definida, todas estas alternativas já foram aplicadas e várias delas surpreendentemente resultaram em classificações muito semelhantes (Tarouco e Madeira, 2015). Questionários já foram aplicados a cientistas políticos, deputados e eleitores. Programas partidários e votações parlamentares já foram analisados. Posicionamento ideológico e origem sócio-ocupacional já foram sobrepostos. A maioria das classificações concorda quanto à ordem dos principais

14 A escala definida pelo MRG inclui, entre os elementos da esquerda, a defesa do internacionalismo e a busca da paz entre países, e, entre elementos da direita, entre outras coisas, a defesa do constitucionalismo e de liberdades e direitos humanos.

15 A escala foi montada a partir de análise fatorial sobre bancos de manifestos codificados de partidos europeus.

partidos na escala esquerda-direita.

Tomando em consideração partidos com presença significativa no Congresso Nacional, identifica-se que, diferentemente do que ocorre em outros países, o sistema partidário brasileiro não se caracteriza por profundas distinções ideológicas. No máximo, alguns partidos acusam seus adversários de serem populistas ou neoliberais, que são os rótulos contemporâneos pejorativos para defensores de políticas redistributivas e de ajuste fiscal, respectivamente. Cabe à análise detalhada utilizando métodos válidos e confiáveis o papel de mensurar se de fato existe uma diferenciação e o quanto os partidos se diferenciam uns dos outros.

Se esquerda e direita têm mesmo tão pouca importância no sistema partidário brasileiro, é possível que estejamos assistindo recentemente à emergência de uma nova (?) polarização política, a opor conservadores e progressistas. Esta dimensão não se confunde com a escala esquerda-direita¹⁶ (definida em termos da intervenção estatal na economia), mas sim é transversal a ela, formando um plano de quatro quadrantes, em que podemos encontrar esquerdistas conservadores ou progressistas, da mesma forma que direitistas conservadores ou progressistas. O uso da técnica de análise de conteúdo ajuda os pesquisadores a mensurar estas diferenças e mapear as principais ênfases de cada partido a partir de seus documentos partidários. Além da escala esquerda-direita o método permite construir outras escalas que facilitam no momento da classificação.

Diferentes manifestações das preferências políticas são captadas em cada abordagem, todas parciais e ao mesmo tempo fundamentais para compreendermos a questão na sua complexidade. A ciência política nos fornece uma coleção de métodos imperfeitos em vez de uma receita única à prova de viés, mas também nos recomenda combinar todas as ferramentas disponíveis, com rigor e transparência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de conteúdo, apesar de todas as limitações reconhecidas acima, é a maneira mais sistemática e objetiva de tratar a informação qualitativa contida em textos. Manual ou automática, a análise de conteúdo pode revelar um mundo de informação contida em discursos, documentos oficiais, programas políticos, sobre os quais, de outra forma, permaneceríamos com meras impressões, impossíveis de serem falseadas, e que em nada contribuem para o avanço do conhecimento na área.

Apesar de muito promissora, a técnica de descrevemos neste artigo ainda é pouco empregada na ciência política brasileira. Algumas peculiaridades, é claro, dificultam a comparação de análises produzidas por pesquisadores diferentes, mas nada que não possa ser superado pelo trabalho em equipe.

Muitas questões sobre a democracia e a representação no Brasil podem ser respondidas com o recurso à análise dos manifestos: O que exatamente os partidos oferecem nos seus programas? Que temas marcam cada processo eleitoral? Em que medida as ênfases dos programas estão refletidas nas campanhas eleitorais? E na percepção dos partidos pelos eleitores? Como as ênfases se relacionam com as preferências dos eleitores? Existe algum padrão de políticas públicas na competição? Quão relevante é a dimensão esquerda-direi-

¹⁶ Nem com a clivagem governo versus oposição.

ta? Como os programas mudam ao longo do tempo? Quais as consequências das semelhanças e diferenças nas ênfases programáticas para a formação de coligações e coalizões? Existe alguma relação entre as ênfases dos manifestos e as prioridades dos governos?

Assim como o MARPOR coleciona manifestos analisados por codificadores que receberam o mesmo treinamento e passaram pelas mesmas avaliações, grupos de pesquisa nas universidades brasileiras podem fazer o mesmo, treinando estudantes como codificadores. Workshops nos eventos nacionais poderiam ser organizados para uniformizar os procedimentos. Os autores do presente artigo têm feito grandes esforços neste sentido, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Esperamos ter despertado interesse suficiente para atrair mais pesquisadores para esta empreitada.

REFERÊNCIAS

- Alonso, Sonia. et al. (2012), Análisis de contenido de textos políticos. Un enfoque cuantitativo. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Bardin, Laurence. (2009), Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Berge, Benjamin, et al. (2013), Measuring Intra-Party Democracy: a guide for the content analysis of party statutes with examples from Hungary, Slovakia and Romania. Heidelberg, Springer.
- Bonnardel, Philippe. (2001), "The Kappa coefficient : The measurement of Interrater agreement when the ratings are on categorical scales. The case of two raters." Disponível em: <http://kappa.chez-alice.fr/kappa.txt>
- Budge, Ian et al. (2001), Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments 1945-1998. New York, Oxford University Press.
- Cohen, Jacob. (1960), "A coefficient of agreement for nominal scales." Educational and Psychological Measurement, XX, 1: 37-46.
- Downs, Anthony. (1999), Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, Edusp.
- Krippendorff, Klaus. (1980), Content analysis: an introduction to its methodology. Beverly Hills, Sage Publications.
- Figueiredo, Argelina e Limongi, Fernando. (1999), Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo, Editora da FGV.
- Landis, J. Richard and Koch, Gary G. (1977), "The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data " Biometrics, 33: 159-174.
- Laver, Michael e Budge, Ian. (1992), Party policy and government coalitions. New York, N.Y., St. Martin's Press.
- Madeira, Rafael. (2011), "A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na assembleia nacional constituinte", Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.26, n.77: 189-204.
- Madeira, Rafael M.; Tarouco, Gabriela. (2012), "Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários" in Oitavo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Gramado - RS.
- Marenco, André e Serna, Miguel. (2007), "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai", Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 22, número 64: 93-114.
- Miguel, Luis F. (2010), "Os partidos brasileiros e o eixo "esquerda-direita" in. S. Krause (org.), Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira, São Paulo, Ed. UNESP.
- Neuendorf, Kimberly A. (2002), The content analysis guidebook. Thousand Oaks, Calif., Sage Publications.
- Panbianco, Angelo. (1990), Modelos de partidos: organización y poder en los partidos políticos. Madri, Alianza.

- Power, Timothy. (2000), *The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions and democratization*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- POWER, Timothy e Zucco Jr., Cesar. (2009), “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication”, *Latin American Research Review*, 44, 1: 218-246.
- POWER, Timothy e ZUCCO JR., Cesar (orgs.). (2011), *O congresso por ele mesmo: auto-percepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- Robertson, David B. (1976), *A theory of party competition*. London; New York, J. Wiley.
- Rodrigues, Leoncio M. (2002), *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp.
- Tarouco, Gabriela. (2011), “Brazilian Parties According to their Manifestos: Political Identity and Programmatic Emphases.” *Brazilian Political Science Review*, 5, 1: 54-76.
- TAROUCO, Gabriela e Madeira, Rafael. (2013), “Partidos, Programas e o Debate sobre Esquerda e Direita no Brasil.” *Revista de Sociologia e Política*, 21, 45: 149-165.
- TAROUCO, Gabriela e MADEIRA, Rafael. (2015), “Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey.” *Civitas*, 15, 1: e24-e39.
- TAROUCO, Gabriela e MADEIRA, Rafael. (2015), “Partidos e ideologia no Brasil: entre definições imprecisas e classificações estáveis.” *ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 167, disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=112&id=1346>
- Volkens, Andrea. (2001), “Manifesto research since 1979: from reliability to validity”, in M. Laver (org.), *Estimating the Policy Position of Political Actors*, London; New York, Routledge/ECPR.
- Werner, Annika et al. (2014), “Manifesto Coding Instructions”, 5th revised edition. Disponível em: <http://manifesto-project.wzb.eu>.
- Zucco Jr., Cesar. (2013), “Legislative Coalitions in Presidential Systems: The Case of Uruguay.” *Latin American Politics and Society*, 55, 1: 96-118.
- ZUCCO JR., Cesar e Lauderdale, Benjamin. (2011), “Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior.” *Legislative Studies Quarterly*, XXXVI, 3: 363-396.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

CFCH

CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política



CAPES